



DATAS COMEMORATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR¹

Thamiris Bettiol Tonholo²

RESUMO: A opção por trabalhar com datas comemorativas insere-se no leque de opções que a escola tem ao organizar os conteúdos a serem trabalhados. É notório que a ideia de “datas comemorativas” volta-se, em sua maioria, para atender ao mercado consumidor. No capitalismo faz-se necessário vender e, em última instância, essas datas alavancam o comércio. O que ocorre nas escolas, principalmente, quanto ao ensino de História para crianças, quando tais datas transformam-se em conteúdo a ser ensinado? Aliando-nos ao postulado por autores como Charlot, Hobsbawm, Bittencourt, Zamboni e Oliveira iniciamos uma investigação sobre o trabalho com as datas comemorativas nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse texto, a ênfase é sobre os dias dos pais e, respeitando a opção da escola em manter trabalho com tais conteúdos, foram realizadas discussões sobre porque trabalhar com tal data; as possibilidades de se trabalhar as datas comemorativas de forma significativa; os conteúdos a serem envolvidos e o processo de avaliação. Apresentamos neste texto as conclusões dos professores a respeito. Esse artigo é parte das ações do Projeto PIBID – Pedagogia da UEL e conta com o apoio da CAPES.

PALAVRAS CHAVE: Ensino de História, Datas Comemorativas, Currículo, PIBID

O nosso calendário está repleto de datas comemorativas, sejam elas de caráter civil, religioso ou cultural. A escola é parte integrante de um contexto social mais amplo e, é fato, que tais datas ou, em outras palavras, o trabalho pedagógico em torno de tais datas adentram o cotidiano escolar, influenciando, principalmente, quanto ao que se ensina e o que se aprende em História.

Neste artigo apresentamos algumas reflexões de um projeto de pesquisa que se encontra em fase inicial de desenvolvimento. Compartilhamos a temática em questão,

¹ Texto apresentado no VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História. Ensino de História: memórias, sensibilidades e produção de saberes. UNICAMP, Campinas, 02 a 05 de julho de 2012.

² Aluna do curso de Pedagogia. Bolsista PIBID – UEL.

pois consideramos os debates sobre a mesma importantes para o ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A opção por trabalhar com datas comemorativas na escola relaciona-se com a autonomia que toda escola tem para selecionar e organizar os conteúdos a serem ensinados para os alunos durante o ano letivo. Na maioria das vezes, tais datas justificam a realização de festas e/ou comemorações e são entendidas como temáticas importantes para o ensino de História. No entanto, levantamos como hipótese que, da forma como são trabalhadas com os alunos não possibilitam uma aprendizagem significativa.

O caminho investigativo percorrido a partir da hipótese traçada apoia-se na concepção de que a escola é um lugar de construção de saberes cujo objetivo principal é levar todos os alunos a aprenderem cada vez mais e melhor. Por isso, almejamos compreender quais as intencionalidades pedagógicas que sustentam o trabalho com datas comemorativas na escola, ou seja, em outras palavras, o que se ensina e o que se aprende quando tais temáticas são abordadas.

Elencamos como princípio norteador dessa investigação as características que as escolas apresentam compreendidas a partir do que Forquin (1993) denomina de cultura escolar: o conjunto organizado de saberes de diferentes tipologias a partir dos quais agem gestores, professores e alunos. Para este autor, a cultura escolar relaciona-se diretamente, ou poderíamos dizer que se insere, em um âmbito maior denominado de cultura humana. Assim sendo, o que identificamos no interior de qualquer escola dialoga diretamente com tudo o que ocorre em seu entorno, mas, ainda conforme Forquin (1993), pode-se identificar um “mundo social” em cada escola, definido pelo autor como as “características de vida próprias, seus ritmos e ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos” (FORQUIN, 1993, p. 167).

Para Viñao Frago (2000) a cultura escolar pode ser compreendida como a somatória de todas as ações, ideias, normas que circulam no cotidiano escolar e que definem a forma como a escola age e como se entende ser. Tais ações são compreendidas, aceitas e quase nunca, questionadas pela equipe de gestores, professores, alunos, pais. Trata-se de algo invisível, mas solidamente presente que funciona como balizador para as decisões a serem tomadas no dia a dia escolar.

Durante o desenvolvimento do Projeto PIBID/Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina, identificou-se a importância que as escolas envolvidas davam ao trabalho com tais datas. No entanto, não percebemos a existência de um planejamento prévio sobre esses trabalhos que envolvessem processos de ensino e aprendizagem de questões mais complexas capazes de levar os alunos a compreenderem o que e o porquê estavam a realizar determinadas atividades. No geral, tais momentos relacionam-se muito mais com a cultura do presentear do que com a aprendizagem, o que não deixa de ser importante se considerarmos a escola como um espaço que também corrobora na formação afetiva dos sujeitos.

Qualquer atividade desenvolvida na escola pressupõe uma relação com o saber construída a partir das concepções que se tem, na cultura escolar, do que venha a ser ensinar, aprender e sobre quais saberes tais ações são realizadas. Para Charlot, aprender é uma condição a qual todos estão submetidos desde o nascimento. Essa aprendizagem é composta por um triplo

processo de 'hominização' (tornar-se homem), de singularização (torna-se um exemplar único de homem), de socialização (tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando um lugar nela). [...] Nascer, aprender, é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, onde se diz quem sou, quem é o mundo, quem são os outros (CHARLOT, 2000, p. 53).

Considerando as prerrogativas de Charlot para o que venha a ser a aprendizagem, inferimos que a seleção de conteúdos a serem trabalhados na escola, dentre estes incluímos as datas comemorativas, desde que levem o aluno a compreender mais de si mesmo e sobre os outros, pode ser realizada a partir de uma diversa gama de saberes já produzidos pela humanidade. Para o autor em questão, o que realmente define a relação com o saber não é o que se ensina, mas a mobilização em torno do ensinar e aprender.

Mobilizar é pôr recursos em movimento. Mobilizar-se é reunir forças para fazer uso de si próprio como recurso. [...] A criança mobiliza-se, em uma atividade, quando investe nela, quando faz uso de si mesma como um recurso, quando é posta em movimento por móveis que remetem a um desejo, um sentido, um valor. (CHARLOT, 2000, p. 55).

Deduzimos que no trabalho com as datas comemorativas há mobilização. Mas seria sobre esse tipo de mobilização que Charlot tece suas argumentações? Em toda mobilização encontra-se a ideia de movimento, mas não temos certeza de que em todo movimento há uma ideia de mobilização. O que verificamos nas escolas é que, nos dias que antecedem as datas comemorativas, o movimento é muito maior acelerando o ritmo de todas as ações realizadas.

Se tal situação corrobora com o processo de aprendizagem dos alunos é um dos pontos que pretendemos investigar. Adentrando por outro viés teórico, há os que defendem que o trabalho escolar pode ser descaracterizado quando, ao organizarmos o currículo da escola, deixamos o que é secundário, tornar-se papel principal no ensino, passando de acessório, para atividade primordial. Para Saviani (1991).

Não é demais lembrar que este fenômeno pode ser facilmente observado no dia-a-dia das escolas. Dou apenas um exemplo: o ano letivo começa na segunda quinzena de fevereiro e já em março temos a semana da revolução, em seguida a semana santa, depois a semana das mães, as festas juninas, a semana do soldado, do folclore, a semana da pátria, jogos da primavera, semana das crianças, semana do índio, semana da asa, etc., e nesse momento já estamos em novembro. O ano letivo se encerra e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola, encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Isto quer dizer que se perdeu de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado. É preciso, pois, ficar claro que as atividades distintivas das semanas, acima enumeradas, são secundárias e não essenciais à escola. Enquanto tais são extracurriculares e só tem sentido na medida em que possam enriquecer as atividades curriculares, isto é, aquelas próprias da escola, não devendo em hipótese nenhuma prejudicá-las ou substituí-las. (1991, p. 24).

Para Saviani o principal papel da escola é a transmissão de conhecimento científico sistematizado. Na cultura escolar o trabalho com essas datas vinculam-se, na maioria das vezes, à disciplina de História e, no caso do feitiço de presentes ou outros acessórios, à disciplina de Artes.

Quando uma ação não é efetivamente planejada, mas se repete todos os anos, podemos concluir que está ligada a cultura da tradição. Não se questiona as finalidades de se fazer, mas sim a necessidade de fazer. Neste contexto, é promissor discutir qual a função pedagógica ao se repetir, anos após anos, determinadas ações nas escolas.

Essa argumentação aproxima-nos do conceito de tradição inventada, cunhado por Hobsbawm (1984).

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (1984, p. 09).

Hobsbawm ainda complementa que tradição inventada “são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória (1984, p.10)”. Nesse sentido, observa-se que o trabalho com datas comemorativas nas escolas está atrelado a essa concepção, onde a cada ano repetem-se rituais ainda que com outras músicas, outros presentes, enfim, o mesmo fim a partir de diferentes meios.

Essa situação é existente na escola, e os educadores, juntamente com toda a equipe escolar, precisam pensar sobre essa questão, e escolher se querem continuar fazendo tudo somente pela tradição e repetir a cada ano as mesmas ações ou refletir e transmitir aos alunos o real sentido e significado dessas datas, de forma que sejam propulsoras de um ensino significativo, não deixando de lado a transmissão de um saber sistematizado.

É inegável o fato de que, hoje em dia na sociedade, algumas datas comemorativas são impulsionadas por questões comerciais. Muitas vezes, tal ideia é incorporada na escola sem maiores questionamentos. Por isso, se faz necessário partir do pressuposto de que é preciso refletir sobre a forma como são trabalhadas as datas comemorativas dentro da instituição escolar, deixando de ser apenas uma transmissão de conteúdos, apresentação de trabalhos para os pais, ou como uma forma de instigar o consumo.

O ENSINO DE HISTÓRIA E AS DATAS COMEMORATIVAS

Conforme já discutido, o trabalho com as datas comemorativas, geralmente, vinculam-se às áreas de História e Artes. No caso da História, podemos entender como ocorre essa vinculação resgatando como essa área de conhecimento constituiu-se em disciplina a ser ensinada na escola.

Segundo Bittencourt, ocorreram diversas variações no ensino de História para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental com o objetivo de romper com um conhecimento calcado na memorização de datas, nomes e feitos de grandes homens “apresentados em atividades cívicas e como figuras atemporais” (2008, p. 102).

A principal delas foi a extinção na década de 1980 da disciplina de Estudos Sociais, instituída em 1971, que reunia História e Geografia e cujo objetivo era ajustar o aluno ao meio, incentivando noções de ordem social convenientes ao regime ditatorial que dominava o país naquele período.

Segundo Oliveira,

nas reformulações curriculares datadas entre 1985 e 1995, dentre as quais se enquadra o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná – CBPR (1990), os estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, optaram por extinguir os Estudos Sociais e apresentaram propostas específicas para a área de História e Geografia (2009, p. 123).

No estado do Paraná,

as preocupações dos professores das séries iniciais voltaram-se para a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização, relegando a um segundo plano, as mudanças relacionadas às outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, as mudanças preconizadas no documento para a História nas séries iniciais, principalmente no tocante as primeiras e segundas séries, demoraram a serem incorporadas às práticas do professor, que estava mais preocupado com as mudanças no processo de não retenção do aluno nessas séries (OLIVEIRA, 2009, p. 124).

Em 1997, com a elaboração dos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, a proposta para o ensino de História para os dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental, primeira e segunda séries, como eram então denominadas, destacam a importância de se trabalhar com noções e conceitos históricos desde o início da escolaridade (BITTENCOURT, 2008, p. 113).

Nesse documento,

três conceitos são apontados como fundamentais no saber histórico escolar em relação ao saber histórico: o de fato histórico, de sujeito histórico e de tempo histórico. Considerando esses conceitos, o ensino de História objetiva desenvolver o senso de observação do aluno por meio de estudos das fontes, mas alerta que não se pretende transformar o aluno num pequeno historiador (OLIVEIRA, 2009, p. 125).

Em 2009, o documento do estado do Paraná, redigido com o objetivo de fornecer orientações para o ensino fundamental de nove anos, reforça a importância do trabalho com as fontes e destaca a necessidade de considerar e preservar a atitude investigativa que a criança carrega no desejo de conhecer o mundo. Mas também apresenta alguns questionamentos a respeito de permanências que são identificadas na forma como se ensina história para crianças.

Conforme o documento,

a partir da segunda metade da década de 1980, o ensino de História tem passado por várias e importantes mudanças mas, ainda é recorrente encontrarmos em algumas salas de aula, permanências de um trabalho baseado na apresentação de conteúdos de forma linear e sem problematizações; um trabalho no qual as datas comemorativas são trabalhadas de forma desarticulada de todo um contexto; um método de avaliação ancorado na memorização de informações; uma não diferenciação entre as áreas de História e Geografia e, um trabalho no qual se coloca alunos, em “posição de sentido” frente à Bandeira, para se cantar o Hino Nacional, ainda que os mesmos não entendam o “sentido” das palavras que cantam. Por que essas características ainda permanecem no ensino da História? (OLIVEIRA, 2009, p. 119).

As respostas para tais questões indicam a presença de ações na escola que, conforme já discutido nesse texto, ancoram-se muito mais na força da tradição do que em

uma reflexão sobre as práticas pedagógicas voltadas para a formação do conhecimento histórico.

Para os alunos dos Anos Iniciais, na faixa de 6 a 11 anos, aproximadamente, a construção do conhecimento histórico se potencializa a partir do estudo de temáticas que tenham significância para os mesmos. Para Zamboni, “a reconstrução do passado é inteligível quando situado no universo conhecido pelo aluno e diretamente relacionado a seus interesses” (2002, p. 73). A partir dessa premissa poderíamos concluir que o trabalho com as datas comemorativas revestem-se de significados porque estão relacionados diretamente com o lugar o qual o aluno vive.

A princípio a relação apresenta-se como verdadeira. Um trabalho na escola que dialogue com o que ocorre fora dela tem grandes possibilidades de resultar em uma atividade significativa de aprendizagem. Um dos desafios desta pesquisa é identificar se há instituições que conseguem, tendo as datas comemorativas como conteúdo selecionado, dialogar com o lugar desenvolvendo um ensino de História que caminhe do “particular para o geral na busca pela totalidade” (ZAMBONI, 2002, p. 76).

Uma mudança importante para a temática da investigação que ora iniciamos é destacada por Bittencourt:

as comemorações e festas comemorativas ainda fazem parte dos conteúdos, embora caiba lembrar que estão sendo introduzidos outros representantes da sociedade brasileira, como nos festejos do Dia do Índio (19 de abril) ou Dia da Consciência Negra (20 de novembro). (2008, p. 103).

A forma como as escolas estão trabalhando com as datas recentemente demarcadas, ou com aquelas que estão passando por novos enfoques interpretativos é um desafio que propomos assumir nessa investigação.

O DESAFIO LANÇADO AO TRABALHAR COM DATAS COMEMORATIVAS

O estopim que transformou o desejo de investigar em um projeto de pesquisa de fato, adveio quando, em uma das reuniões rotineiras do PIBID, iniciou-se uma discussão sobre como seria trabalhado o Dia dos Pais nas escolas envolvidas no projeto. Na situação em questão, tratava-se de duas escolas com realidades distintas tanto em relação à condição sócio econômica dos alunos como em relação aos resultados obtidos no IBED (um dos critérios de seleção de escolas apresentados no Edital do PIBID é que sejam envolvidas no projeto instituições com resultados diferentes no IBED).

Nas duas escolas o trabalho em torno de tal data já estava em andamento e a discussão a respeito foi se consolidando, sem planejamento prévio, porque era latente a preocupação que as professoras manifestavam em relação à demanda de trabalho que se anunciava para o mês de agosto.

Resolvemos parar de trabalhar com o que estava previsto na pauta para aquela reunião e passamos a analisar sobre as escolas estavam se organizando para trabalhar com o Dia dos Pais que se aproximava.

Resumidamente, o trabalho seria feito da seguinte forma: na escola 1 estava em desenvolvimento um projeto interdisciplinar sobre o meio ambiente. Dessa forma, a equipe pedagógica, juntamente com os professores, optou em presentear os pais com mudas de árvores conseguidas junto ao viveiro público da cidade. No mais, cada aluno confeccionou um cartão para seu pai (ou para outra pessoa). Chamou a atenção que a professora verbalizou que, devido às atividades relacionadas ao Projeto Meio Ambiente, principal foco da escola naquele momento, não seria possível “perder muito tempo” fazendo presentes para o Dia dos Pais.

A escola 2 situa-se em um bairro periférico da cidade que se divide praticamente em duas partes. Uma delas é composta de residências de padrão mediano e a outra é resultante de uma antiga favela que foi precariamente urbanizada. Nesta última são vários os problemas, dentre os quais se destaca a violência doméstica, o tráfico de drogas, o índice de gravidez em adolescentes, o índice de alunos que estão com pai ou mãe presos devido ao tráfico e a roubos o que resulta em uma situação na qual é grande a quantidade

de famílias cujo mantenedor é a avó. A escola vive dia a dia o desafio de lidar com os problemas que advém dessa composição social, o que convenhamos, não é tarefa fácil.

Para o dia dos pais a escola optou por fazer uma lembrancinha. Para tanto, cada aluno deveria trazer uma pequena quantia em dinheiro. Nem todos podem contribuir, mas a escola toma o cuidado para que nenhuma criança fique sem levar o presente para seu pai (ou pessoa responsável). De qualquer forma, a professora relata que em tais períodos a agressividade entre os alunos aumenta e que a “escola fica tensa”.

O dia dos pais é uma data que está, geralmente, relacionada à afetividade. É evidente que as crianças precisam saber lidar com as frustrações que a vida traz. Dessa forma não se justifica a não realização de um trabalho em torno de tal data com o intuito de poupar o sofrimento de um grupo de alunos. Por outro lado, é impossível não se questionar: qual o objetivo com esse trabalho; como pedir às crianças que façam um cartão para os pais, quando na verdade o mesmo é ou está ausente? Essas questões aliam as já listadas nesse texto e que pretendem ser respondidas no decorrer da pesquisa.

Devemos atentar também para o fato de que o modelo nuclear de família (pai, mãe e filhos) presente na sociedade, está se modificando, devido às relações homoafetivas. Todas essas questões servem para que pensemos sobre como, com todos esses desafios, ainda assim, podemos (ou não) trabalhar com tais datas, de forma que nenhuma criança se sinta negligenciada dentro do contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, analisando as duas experiências estudadas, percebemos que, apesar do trabalho em cada escola ter se constituído de formas diferentes, ambos foram superficiais. Na reunião com as professoras na qual conversamos sobre esse assunto, levantamos questionamentos sobre as razões de tais estudos; outras possibilidades de trabalhar as datas comemorativas de forma mais significativa; o que se ensina e o que se aprende quando se opta por trabalhar com tal temática e porque o trabalho é realizado de tal forma.

Algumas conclusões parciais podem ser anunciadas. Primeiro que o ato de planejar o trabalho pedagógico na escola a partir de um campo do conhecimento ou de uma abordagem interdisciplinar é fundamental para um bom resultado quanto a aprendizagem. Uma ação pedagógica carece de começo, meio e fim, necessita de um saber a ser sistematizado, reduzindo então as possibilidades de perder um tempo precioso em torno de ações que não auxiliam o aluno na construção de conhecimento.

Outro aspecto está no fato de que a sociedade é desigual e a mídia instiga o consumo mesmo dentro da escola, fazendo com que passemos a imagem de que no dia dos pais o mais importante seja o presentear, reduzindo tal data no comprar para alguém e não fazer algo para alguém. Sendo assim quando o trabalho com tais datas é existente mas não é planejado e sistematizado em torno de objetivos definidos, corre-se o risco de incitar para o consumo, ferir a liberdade religiosa ou desrespeitar a diversidade cultural das famílias de alunos.

Trabalhar data comemorativa de forma significativa implica uma visão pautada em outras perspectivas, abrangendo de forma interdisciplinar saberes decorrentes de sala de aula, mas que não se reduzem somente a isso. Outra possibilidade é problematizar a ligação entre propaganda, consumo e o dia dos pais, realizando pesquisas sobre relações de consumo. Porém, mudanças só podem ser encaminhadas dentro do ambiente escolar, ou seja, deixando de serem reduzidas à comemorações festivas, apresentações para os pais, ou simplesmente conteúdo a ser ensino.

REFERÊNCIAS

BENETTI, V. **O Ensino de História nas Séries Iniciais: Conceitos e Discussões**. In: IV Simpósio Internacional VII Fórum Nacional de Educação. Torres, 2010. P. 1-10.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHARLOT, B. **Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria.** São Paulo: Artmed, 2000.

FORQUIN, J. C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições.** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, S. R. F. História. In **Orientações Pedagógicas para o Ensino Fundamental de Nove Anos.** SEED/PR. 2009

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica. Sobre a natureza e especificidade da educação.** São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1991.

VIÑAO FRAGO, A. **El espacio y el tiempo escolares como objecto histórico.** Contemporaneidade e Educação (Temas de História da Educação), Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura Escolar, ano 5, n. 7, 2000 .

ZAMBONI, E. **O Ensino de História e a Construção de Identidade.** In Boletim Pedagógico/PROEB 2001. UFJF/PPAE. 2002.